

RACISMO NO AMBIENTE ESCOLAR: AÇÕES E DESAFIOS PARA EFETIVAÇÃO DO COMBATE.

Maysa Sabino da Silva ¹

Maria Luiza de França Duda ²

Maristela Souza da Silva ³

RESUMO

Partindo da ideia de que o racismo é um problema sociocultural presente na sociedade brasileira, que vem se perpetuando mediante à sua invisibilização, esse trabalho, vem por meio de observações sistemáticas e assistemáticas analisar a prática do bullying vivenciada no ambiente escolar, de uma unidade de ensino da rede pública no estado de Pernambuco. O projeto foi realizado no período de 28 de janeiro à 04 de fevereiro do ano de 2018, por meio da aplicação de questionários e atividades lúdicas, trabalhando esse viés da violência escolar sobre uma perspectiva micropolítica, visibilizando o cotidiano e as diversas práticas que veiculam a perpetuação dessa atitude violenta no decorrer das gerações. Dessa forma, o projeto busca por meio de atividades lúdicas, dar visibilidade ao tema, e estabelecer o contato da cultura Africana à comunidade escolar, com o objetivo de valorizar a diversidade, e tornar o assunto mais compreendido e explícito. Tendo em vista, que a escola tem um papel social que deve prezar pelo respeito às diferentes realidades vivenciadas pelos seus colaboradores.

Palavras-chave: Educação, escola, violência, racismo, bullying.

INTRODUÇÃO

O comportamento do bullying está presente no cotidiano de estudantes desde o surgimento da própria escola, porém, somente há pouco mais de três décadas se tornou um assunto estudado com parâmetros científicos (FANTE; PEDRA, 2008). No Brasil essa invisibilidade faz com que esse tipo de violência continue se perpetuando no decorrer das

¹ Graduando do Curso de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, maysasabinodasilva@gmail.com;

² Graduando do Curso de Ciências Biológicas - Licenciatura da Universidade Federal de Pernambuco - UFPE, Malududa54@gmail.com;

³ Professor orientador: Graduada em Ciências Biológicas, Universidade de Pernambuco - UPE e Pedagogia, Universidade Federal Rural de Pernambuco - UFRPE; Especialista em Ensino da Biologia, Universidade de Pernambuco - UPE e Perícia e Auditoria Ambiental, Faculdade Frassinetti do Recife - FAFIRE; Professora efetiva da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco e Municipal da Cidade do Paulista/PE, estelasouza13@hotmail.com.

gerações, tendo em vista, que embora essa problemática sempre tenha existido, os debates sobre ela ainda são bastante preambulares nas instituições e comunidade escolar. Soma-se a isso, um processo de tentativas de diminuição e naturalização das agressões, que contribuem para que esse tipo de violência ganhe proporções ainda maiores, pois mesmo na infância as crianças podem sofrer ou causar conflitos éticos e morais, os quais podem comprometer o desenvolvimento futuro dos envolvidos.

Como parte do estudo da temática, já introduzida neste artigo, também vale salientar, que as maiores vítimas do bullying no Brasil são as pessoas negras. É possível compreender essa afirmativa analisando o fato de que a construção histórica da identidade negra foi deturpada pelas hegemonias políticas da época, que alimentados por um sentimento eurocêntrico, sentiram a necessidade de dominar, ditar estereótipos e criar ideologias sobre superioridade de raças relacionada à cor e características físicas dos indivíduos. Tais pensamentos intensificados no período colonial do país foram perpassados de tal forma que o preconceito racial se intensificou ainda mais, fazendo parte do cotidiano de instituições políticas, culturais e sociais.

Assim, tal violência muitas vezes se explana e desenvolve por meio do fenômeno bullying, que mascara um racismo institucional. “A violência racista pode submeter o sujeito negro a uma situação cuja desumanidade nos desarma e deixa perplexos. Seria difícil encontrar o adjetivo adequado para nomear esta odiosa forma de opressão”, (Souza, 1983, p. 16). De acordo com Munanga (2004, p.215):

O racismo brasileiro na sua estratégia age sem demonstrar a sua rigidez, não aparece à luz; é ambíguo, meloso, pegajoso, mas altamente eficiente em seus objetivos. Essa ideologia é difundida no tecido social como um todo e influência o comportamento de todos de todas as camadas sociais, e até mesmo as próprias vítimas da discriminação racial.

Com base nisso, este trabalho busca por meio de metodologias ativas, como, as oficinas pedagógicas a partir da Aprendizagem Baseada em problemas - PBL (*Problem Based Learning*), contribuir com o processo de desconstrução de preconceitos e estereótipos que atuam segregando parte da população brasileira, agregando a interdisciplinaridade e as diversas manifestações de ciências presentes nos ambientes educacionais, buscando contribuir para a construção de um ambiente de aprendizagem mais justo e inclusivo.

METODOLOGIA

Este artigo é resultado de um projeto de intervenção, na qual a metodologia adotada foi uma pesquisa empírica do tipo pesquisa participante (MICHALISZYN; TOMASINI, 2012).

A aplicação do projeto foi realizada na escola municipal Professora Judite Bezerra da Silva, na cidade de Iguaracy do Estado de Pernambuco, durante o programa de extensão universitária, UFPE no meu quintal, que dispõe de uma semana de campo em cidades do sertão pernambucano, ocorrido no período de 28 de janeiro à 4 de fevereiro, para aplicação de atividades com os moradores da região. Tendo como principal objetivo popularizar o conhecimento científico e acadêmico que são obtidos nas universidades, os divulgando para a comunidade em geral.

Para Brandão (2006), a pesquisa participante é uma modalidade de conhecimento coletivo do mundo e das condições de vida das pessoas, grupos e classes populares.

O trabalho foi posto em prática por meio da ministração de oficinas e minicursos, baseando-se uma metodologia ativa chamada PBL - Aprendizagem Baseada na Problematização -, buscando a ludicidade do ensino com o uso de elementos artísticos como ferramenta para a efetivação do processo de aprendizagem.

As oficinas do trabalho foram realizadas com base em quatro tópicos, cada tópico abordou uma temática, podendo ser aplicada em qualquer faixa etária ou grupo social. Cabendo ao ministrante adequar a linguagem e a profundidade dos conteúdos de acordo com a idade do público-alvo.

A oficina foi ministrada em 2 horas aulas em uma escola estadual da rede pública de ensino. Cada tema foi exposto em cerca de 20 minutos, em seguida foi gerando uma discussão, tendo como base a tempestade de ideias, que teve em média uma duração de 10 a 20 minutos, restando 1 hora para que osicineiros confeccionassem as atividades propostas. As atividades foram realizadas com o uso de material de origem reciclável e trabalhadas a partir da já supracitada metodologia de Aprendizagem Baseada em Problemas - PBL, na qual consistiu em expor os problemas causados ou relacionados pelo bullying de acordo com a cor ou raça de estudantes ou pessoas que formam a comunidade escolar. Com a exposição desses problemas, os oficineiros puderam pensar e discutir soluções para tais problemáticas,

estimulando o pensamento crítico e poder de decisão dentro de uma comunidade sobre questões sociais que podem ser solucionadas através da conscientização social quanto a participação de todos os indivíduos em sociedade. Ao final da semana, depois de aplicada a oficina com todos os grupos participantes, foi realizada uma culminância, com uma exposição do material produzido por todas as turmas em que a oficina foi ministrada.

Tabela 1: O que cada parte da oficina irá promover.

TÓPICO	TEMA	LUDICIDADE
1	Contexto Histórico	Oficina de confecção de “cineminha”
2	Raciocínio lógico	Oficina de confecção de mosaicos
3	Apropriação Cultural	Oficina de confecção de utensílios de beleza afro-brasileira
4	Manifestação Cultural	Oficina de artesanato

Fonte: A autora

Com papelão, revistas, jornais, retalhos de tecidos, cola, tesoura e lápis de cor foram desenvolvidas oficinas de histórias, confecção de mosaicos e também de artesanatos. As atividades aplicadas corresponderam a ideia inicial, de desconstruir o padrão de beleza eurocêntrico por meio da representatividade muito bem abordada. E essa desconstrução se daria com o uso de figuras e símbolos africanos no cotidiano escolar. Objetos recicláveis e de baixo custo foram utilizados para que os professores da região tivessem a oportunidade e o fácil acesso em reproduzir com os alunos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Dessa forma, o projeto realizado mostrou que grande parte da comunidade escolar negra sofre com a falta de representatividade na maior parte do seu processo de escolarização. Fato que é extremamente preocupante, tendo em vista, que as representações sociais são de fundamental importância no que diz respeito ao comportamento e interações entre indivíduos

de uma sociedade. Com base nisso, pesquisa demonstrou que cerca de 81,4% dos estudantes que participaram das oficinas já tinham sofrido bullying, com aspectos relacionados à textura do cabelo, cor da pele e traços faciais.

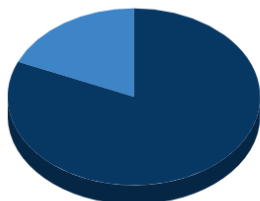
Soma-se a isso, a representação que estudantes negros têm sobre si, normalmente, se segue um padrão eurocêntrico de superioridade cultural e étnica, fato que os coloca em uma situação de vulnerabilidade, “seja por inferiorizá-los enquanto grupos, por desvalorizar a sua cultura ou por mantê-los nos estatutos inferiores da hierarquia social” (RIBEIRO, 2005)

Também vale salientar, que cerca de 96,2% dos educadores e educandos presentes não sabiam como lidar com situações como essas.

Gráfico 1: Educadores e educandos que sofreram racismo na escola

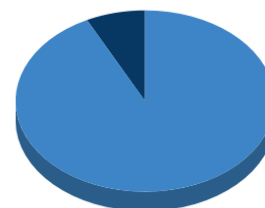
Quanto ao número de pessoas que já sofreram preconceito racial no ambiente escolar

- Pessoas que já sofreram esse tipo de violência
- Pessoas que nunca sofreram esse tipo de preconceito



Quanto ao número de pessoas que sabem como reagir à situações de violência como esta

- Pessoas que não sabem como reagir
- Pessoas que sabem como reagir

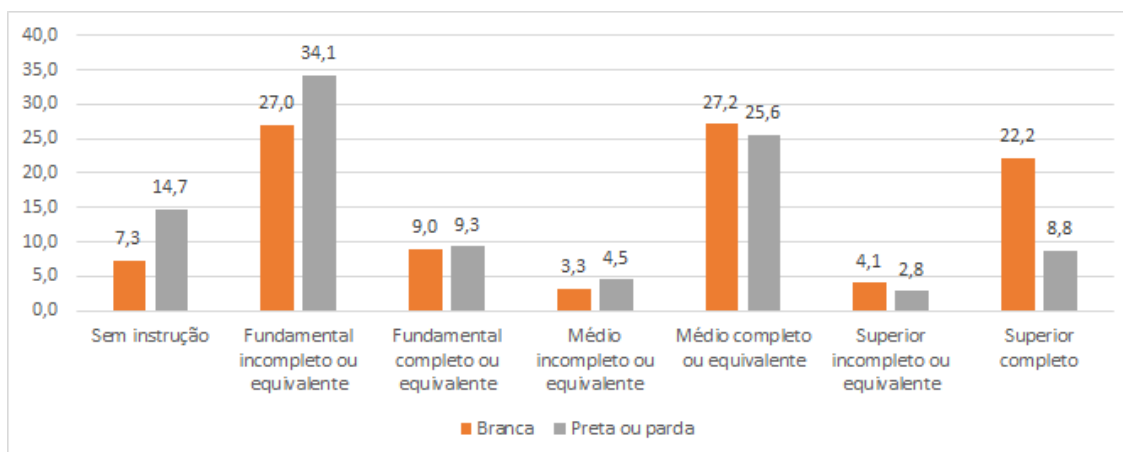


Fonte: A autora

Esses dados servem como indicativo, para evidenciar a carência de algumas escolas públicas brasileiras que não se mostram preparadas para realizar ações afirmativas para combater essa problemática. Assim, a falta de visibilidade e credibilidade fazem com que alguns comportamentos violentos ganhem força e dificultem o processo de ensino-aprendizagem dos alunos de cor preta. Podendo se tornar uma das causas que justifica os altos índices de evasão escolar nas séries do nível fundamental.

Segundo dados divulgados no ano de 2016 pela agência de notícias do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, cerca de 66,3 milhões de pessoas com 25 anos ou mais de idade, que equivalem a 51% da população adulta no Brasil tinham no máximo o ensino fundamental completo. O gráfico 2 mostra que enquanto 7,3% das pessoas de cor branca não tinham instrução, a proporção das pessoas de cor preta ou parda que estavam nesse grupo era o dobro: 14,7%. Situação inversa ocorreu nos percentuais dos que tinham nível superior completo: 22,2% para os brancos e 8,8% para os pretos ou pardos.

Gráfico 2: Distribuição das pessoas de 25 anos ou mais de idade, por cor ou raça, segundo o nível de instrução - Brasil – 2016



Fonte: Agência de notícias IBGE.

Também vale salientar os níveis de analfabetismo, que para pessoas pretas ou pardas estava em torno de 9,9%, que equivale a mais que duas vezes do das pessoas brancas que está em torno de 4,2%. Fato que ratifica a ideia de que existem fatores raciais que exercem grandes influências no desempenho escolar.

Diante desses conflitos o “silêncio” revela convivência com tais procedimentos (CAVALLEIRO, 2001, p.153). Dessa forma, entendemos que papel do Estado, e de toda comunidade escolar e acadêmica, estimular medidas de reparo que tenham a capacidade de desconstruir a cultura do racismo que está impregnada nas raízes socioculturais do povo brasileiro, desde o período colonial, o que nos deixa com uma dívida histórica com o povo negro.

Assim, este trabalho buscou conhecer a realidade de uma escola de nível fundamental no estado de Pernambuco e por meio desses conhecimentos buscou implementar algumas ações pedagógicas de combate ao racismo. O primeiro comportamento observado foi surpreso, tendo em vista, desconstruir um discurso hegemônico construído por décadas não é tarefa fácil. Com base nisso, foram ministradas oficinas lúdicas para debater o tema, com o objetivo de criar um ambiente acolhedor para os futuros debates. Ao fim das atividades os participantes conseguiram identificar a problemática, percebendo a importância do uso de

metodologias ativas no processo de desconstrução de violências que são frequentemente naturalizadas pela comunidade escolar.

As propostas do uso de oficinas de lambe-lambe, mosaicos, histórias infantis com cineminha foram pensadas para atender as demandas da comunidade escolar de forma lúdica e acessível a quem estiver disposto a ser protagonista e multiplicador desse processo. Visto que dessa maneira a comunidade escolar tem a oportunidade de trabalhar questões socioculturais e educação ambiental.

Dessa forma, os resultados até agora obtidos durante o andamento das oficinas, é que o uso dessas metodologias contribui incentivando a adesão ao debate, e viabilizando atividades acessíveis e que estimule conhecimento de forma completa e construtiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, neste estudo buscamos implementar algumas medidas de combate ao racismo na escola. A escolha por segmento social se deu pelo fato de entendermos que é na base educacional que ocorrem as grandes mudanças. Tendo em vista, que esses estudantes possuem um grande potencial para entender o mundo de forma mais crítica, plural e democrática, podendo, dessa maneira, trazer ao debate temas como os impactos causados pela invisibilização do racismo na sociedade e no cotidiano escolar.

Dessa forma, para que o processo de ensino e aprendizagem cumpra seu papel social é necessário que haja de forma mais efetiva à execução de políticas de currículo escolar, tendo em vista que elas poderão orientar as ações e práticas pedagógicas voltadas para essa temática. Assim acreditamos, que o grande desafio está na realização destas políticas, tendo em vista que essas ações afirmativas que almejamos se baseia na valorização de pessoas que majoritariamente são de baixa renda, e que historicamente foram e são invisibilizadas pelo sistema socioeconômico vigente, o que revela as relações de desigualdade social de que são vítimas.

Em algumas situações, a falta de execução de políticas de currículo acontece pela falta de preparo dos profissionais para discutir este tipo violência em sala de aula. Isso faz com que essa prática se naturalize. Também vale salientar, a importância do uso de atividades lúdicas e metodologias ativas como ferramenta de abertura ao debate sobre questões raciais que podem ajudar profissionais e estudantes a assimilar a importância e aplicação de determinados valores fundamentais à manutenção da dignidade humana.

Assim, para que o combate ao racismo no ensino fundamental possa ganhar força e de fato se efetivar, é necessário que haja fiscalização e regulamentação de políticas públicas, como as estabelecidas pela Lei n. 10.639/2003, capazes de viabilizar a realização de práticas pedagógicas democráticas pautadas na justiça social. Tendo em vista, que essa luta é essencial aos direitos humanos e atinge a todos nós.

REFERÊNCIAS

BRANDÃO, C. R. (Org.). *Pesquisa Participante*. São Paulo: Brasiliense, 2006.

CAVALLEIRO, Eliane. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. In: *Racismo e anti-racismo – repensando nossa escola* / Eliane Cavalleiro (orgs.) São Paulo: Summus, 2001.

Censo IBGE de 2016 acerca da relação entre nível de escolaridade e raça do Brasileiro Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/18992-pnad-continua-2016-51-da-populacao-com-25-anos-ou-mais-do-brasil-possuiam-no-maximo-o-ensino-fundamental-completo>>. Acesso em 29 Maio de 2019.

FANTE, Cleo; PEDRA, José Augusto. *Bullying escolar: perguntas e respostas*. Porto Alegre: Artmed, 2008.

Lei do Estatuto da Igualdade Racial, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm> Acesso 29 de Maio de 2019.

MICHALISZYN, Mário Sérgio; TOMASINI, Ricardo. *Pesquisa, orientações e normas para elaboração de projetos, monografias e artigos científicos*. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

Planalto Lei n° 10.639, de 9 de Janeiro de 2013. Disponível em:
<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm> Acesso 29 de Maio de 2019.

MUNANGA, Kabengele. Diversidade, etnicidade, identidade e cidadania. In: Seminário de formação teórico metodológica do concurso negro e educação, 1. São Paulo, [s.d.] palestra. 2004.

RIBEIRO, Cristiane Maria. As pesquisas sobre o negro e a educação no Brasil: uma análise de suas concepções e propostas. In: *Reunião anual da ANPED*, 28. Caxambu: ANPED, 2005.

SOUZA, Neusa Santos. *Tornar-se negro, ou, as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social*. Rio de Janeiro. Graal. 1983.